



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XVII - N.º 174 - S. PAULO, DEZEMBRO DE 1972 - RED. R. LIBERO BADARÓ, 488 - 5.º ANDAR - S/ 50 - CAIXA POSTAL 6248 - PREÇO Cr\$ 1,00

PIDE ASSASSINA ESTUDANTE



Publicamos abaixo o manifesto dirigido à população de Lisboa pela juventude estudantil, após o assassinio pela PIDE do estudante JOSÉ ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS.

"Na tarde de 12 de Outubro de 1972, no Instituto Superior de Económicas e Financeiras um agente da polícia política (PIDE) assassinou o estudante da Faculdade de Direito JOSÉ ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS. Antes, numa reunião democrática de estudantes fora desmascarado e identificado um outro agente da PIDE; entretanto, tendo este podido contactar com a sede da PIDE através de um telefonema que lhe foi proporcionado pelo secretário do Instituto, apareceram na escola mais dois esbirros, um deles respondeu ao justo ataque de alguns estudantes puxando da pistola e disparando em todas as direcções, fugindo depois de assassinar o estudante JOSÉ ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS e de ferir JOSÉ ALBERTO LAMEGO, também estudante de Direito, que ocorreu em defesa do seu camarada.

Porque é que JOSÉ ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS foi assassinado? RIBEIRO DOS SANTOS era, como tantos outros estudantes de vanguarda, um intrépido lutador da causa do Povo Português. Pôs-se sempre à frente das lutas estudantis consequentes do seu movimento democrático, contra a burguesia monopolista e colonialista.

Nunca virou a cara à repressão, nunca recuou; combateu à frente das massas à frente delas tombou.

A morte de RIBEIRO DOS SANTOS é um fato muito importante da luta do proletariado e mais camadas populares contra a burguesia exploradora e o seu Estado fascista.

A morte do nosso colega é um fato triste que enluta todos os estudantes progressistas, todos os verdadeiros filhos do povo. Mas alegra-nos saber que RIBEIRO DOS SANTOS caiu como viveu — à frente das massas estudantis, combatendo heroicamente contra a repressão. RIBEIRO DOS SANTOS morreu pelo povo, na primeira linha de combate; que outra morte pode ter mais nobre significado?

O Povo Português não se intimida face às acusações e provocações da repressão, nem perante os seus mais odiosos crimes. Cada vez com mais determinação, com cada vez maior raiva, com cada vez maior heroísmo, o Povo continuará o seu combate de morte, pela sua emancipação, contra o inimigo capitalista e colonialista! O Povo avançará sempre até à vitória final, o Povo vencerá!

Nós, os estudantes, sabemos que há muito tempo que o Governo mente através da TV, da rádio, dos jornais censurados pelo fascismo. Este comunicado vem esclarecer o Povo sobre como cala RIBEIRO DOS SANTOS. O Povo não o esquecerá, nem a sua lição; e por isso os estudantes convocam a população para o funeral de JOSÉ ANTONIO.

O documento denúncia que reproduzimos foi amplamente distribuído em Lisboa. O apelo dos



José Antonio Ribeiro dos Santos

estudantes foi ouvido e o funeral de RIBEIRO DOS SANTOS constituiu um autentico desafio ao fascismo, apesar das provocações e violências praticadas pelas forças repressivas.

"Uma saída fragorosa"

O ex-embaixador José Manoel Fragoso (e ainda dizem que o "ex" é partícula negativa, positiva positivíssima), de Portugal, disse nos jornais que vai dedicar-se, a "atividades privadas", aquelas em que possa ganhar dinheiro dignamente (Jornal do Brasil).

Quem conhece o altíssimo custo da vida noturna carioca e o nível de salários diplomáticos de um país pobre como Portugal, nunca conseguiu entender direito como o ex-embaixador Fragoso podia entrar mês e sair mês badalando na noite carioca, do Nino para o Antonino e vice-versa no contrário, carregando a tiracolo o casal José Colagrossi. Mas, agora que deixou a "carriere", é inconcebível que o ex-embaixador de um espetáculo tão pífilo de ingratidão, agredindo a carreira diplomática, de Portugal e do Brasil, dizendo que val para a vida privada para "ganhar dinheiro dignamente".

Pois saiba o ilustre ex que, apesar das péssimas aparências, ninguém nesta terra de Pedro Álvares Cabral, jamais cometeu a injúria de supor que, como embaixador, de Portugal, o dr. José João Manoel Fragoso "ganhava dinheiro não dignamente".

(In Política, Rio de Janeiro, n. 49)

OUÇA A RADIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8.30 em 50 metros; das 20 às 20.30 e das 22.13 às 22.43 em 32 metros; e das 0.30 às 0.50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13.30 em 19.20 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

Benções ao Crime

Aspectos de uma missa campal celebrada em Angola, por um bispo sobre um tanque do Regimento de Cavalaria 7. Embora os setores progressistas da Igreja desenvolvam uma atividade cada vez mais importante no combate à guerra colonial, na alta hierarquia há ainda bispos como esse que dão a sua benção aos monstruosos crimes cometidos pelas tropas colonialistas.

MEMORIAL À ONU REPERCUTE

A agência Inter Press Service, através do seu escritório de Buenos Aires distribuiu, no seu serviço noticioso, a integral do Memorial enviado pelas organizações democráticas portuguesas de seis países americanos à XXVII Assembleia Geral das Nações Unidas.

De outro lado, na sua edição de 23 de novembro, a mais importante revista da Argentina, "Panorama", comenta a significação do Memorial em artigo de severa crítica à política africana do fascismo português, intitulado "Portugal: o ocaso do colonialismo".

COLONIALISMO MORIBUNDO

O colonialismo português sofreu em Novembro uma série de rudes golpes que ficaram a assinalar as mais graves derrotas infligidas à ditadura fascista desde a morte política de Salazar. A Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas não só reafirmou a condenação inapelável do colonialismo caetanista como, sintetizando o espírito de todas as Resoluções posteriores à 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960, atendeu, finalmente, a primeira das reivindicações dos patriotas portugueses e africanos, imprescindível à conquista da paz. Nessa sessão histórica, o plenário da Assembleia, pela esmagadora maioria de 103 votos contra 5, exigiu a retirada de todas as forças armadas que Portugal mantém em África, ocupando a Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, e que há 12 anos praticam uma guerra de genocídio, condenada pela consciência universal. Mais: a Assembleia reconheceu os movimentos africanos de libertação nacional como autênticos representantes das aspirações dos seus povos e condenou o governo de Marcelo Caetano "pelos bombardeamentos indiscriminados e pelo cruel uso do napalm nos territórios africanos".

Semanas antes, o Conselho de Segurança havia aprovado uma enérgica Resolução, condenando Portugal pela violação das fronteiras do Senegal e por um ataque de forças blindadas portuguesas contra um posto militar daquele país, agressão durante a qual morreu um soldado senegalês e vários sofreram ferimentos.

No dia 2 de Novembro, outra histórica Resolução da Assembleia Geral concluiu com um apelo a todos os Estados membros da Organização e a todos os organismos internacionais a ela ligados para que ofereçam "assistência moral e material a todos aqueles que lutam pela liberdade nos territórios coloniais e àqueles que vivem sob dominação estrangeira".

Os crimes monstruosos do colonialismo tornaram possível o que meses atrás parecia ainda impossível: os representantes do MPLA, da FRELIMO e do PAIGC podem, agora, participar de reuniões do Conselho de Segurança e tiveram a oportuni-

dade de denunciar na ONU o colonialismo caetanista, sendo doravante reconhecidos como legítimos porta-vozes dos povos de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau.

"Portugal Democrático", ao congratular-se por essas vitórias significativas do movimento anticolonialista, fá-lo com o júbilo que sempre proporciona a certeza de um dever bem cumprido. Foi o nosso jornal o primeiro órgão da oposição emigrada a exigir a retirada incondicional e imediata das tropas portuguesas da África. E, como signatário do Memorandum anualmente remetido à Assembleia Geral das Nações Unidas pelas Organizações Democráticas Portuguesas da América, há dez anos que vinha insistindo pela aprovação de uma Resolução Semelhante à que ora foi votada. Essa iniciativa, que desde o início mereceu ampla difusão na imprensa internacional, e particularmente na imprensa latinoamericana, foi, a princípio, recebida com um cepticismo sorridente, inclusive por setores vacilantes da Oposição. A exigência era, entretanto, obviamente, correta, correspondendo aos interesses do povo português e dos povos africanos subjugados pelo colonialismo. Serenamente, patrioticamente, os democratas portugueses da América — e Portugal Democrático entre eles — insistiram, indiferentes à ironia de uns e às críticas paternalistas e oportunistas de outros. Agora, é a humanidade inteira que exige o fim da guerra colonial, a retirada dos exércitos portugueses de ocupação; é a ONU que reconhece o MPLA, o PAIGC, a FRELIMO como únicos representantes legítimos dos povos de Angola, da Guiné-Bissau e de Moçambique, e pede para a sua luta o apoio moral e material de seus Estados membros.

A gritaria histórica de Marcelo Caetano, as suas diatribes contra a ONU e os patriotas portugueses e africanos não mudarão o curso da História. O colonialismo e o fascismo portugueses estão moribundos. Cabe aos patriotas portugueses e africanos apressar o seu fim inexorável.

UMA TAREFA URGENTE

HELDER COSTA

Acreditar em manifestações de complacência ou em acenos de contemporização por parte do fascismo, equivale ao ingénuo desejo de iludir soluções realistas, recorrer a alternativas de ordem metafísica ou, como é comum dizer-se em linguagem chã, pretender ocultar o Sol com uma peneira. No desafio ao poderio político das suas instituições, na força consciente e paciente das pequenas ou grandes tarefas, na expectativa e no eventual confronto cotidiano com a máquina policial organizada, aprendemos a não esquecer em quaisquer circunstâncias o seu verdadeiro rictus. Atribuir-lhe, portanto, intenções de tolerância, aberturas de liberalização, afrouxamento nos seus métodos, ignorar a sua natureza de inimigo em potencial do povo e, em particular, das classes trabalhadoras, pensar que ocasionalmente ele irá comover-se com as reivindicações populares de carácter económico, social ou político, é demonstrar, no mínimo, flagrante incapacidade de interpretação objectiva dos factos, e como que postergar lições rudimentares de história; é, sobretudo, menosprezar o que têm sido efectivamente neste século, a essência e o desenvolvimento das grandes lutas pela Democracia. Significa, em última análise ignorar a realidade contemporânea, acalentar perigosas ilusões infantis e divagar num mundo de fantasia entre o absurdo e o aventureiro, tentando dirimir o óbvio sobre a encarnação da violência e do crime quando os factos provam, por menos que se queira e a despeito de maleáveis concepções, que o fascismo só cede na ponta da faca. O fascismo tem uma só face que não engana. E esta lembrança deveria constituir-se por si só num princípio básico de orientação e até num motivo de inspiração para as correntes heterogêneas da Oposição no caminho da unidade, frente a esse inimigo comum cruel e tenebroso.

Analisar também sob esta premissa e reconsiderar à luz de novas condições a situação alarmante em que se encontram os presos políticos, deveria ser, de ora em diante, e em carácter de emergência e mobilização, a preocupação fundamental de todos os que se opõem ao fascismo e colonialismo português.

Vem isto a propósito de, não raras vezes, entoarmos com excessivo entusiasmo uma espécie de hino a vitória em consequência da libertação de algum preso político que, regra geral, cumpriu longa pena e foi deixado pelos pretorianos do regime num estado de saúde irremediável. Pretendemos então tratar-se de **retumbante** vitória o facto de, com a pressão que exercemos sobre o governo, haver conquistado a sua liberdade. E assim, no calor, dessa euforia efémera que nos cega, e sem que tal desfecho deva ser motivo de intensas alegrias, costumamos valorizar de modo exagerado uma **grande** vitória que muitas vezes é bem modesta, incompleta, e — nos parece — se reveste até de alguns aspectos negativos, quando não fica paradoxalmente condicionada a uma funesta e posterior "derrota".

Falando claramente e sem querer justificar sequer o que não precisa ser justificado, é conveniente acentuar que ninguém nega ou esquece, e nem pode, que a saída de um preso das mãos da policia de Caetano seja o fruto de um trabalho sério na constante de anos e anos de luta consagrada à amnistia e do esforço objectivo e sistemático das forças anti-

fascistas, elaborado paulatinamente e quase sempre em condições as mais adversas. Foram, são e serão os fluxos reivindicativos e as avalanches ameaçadoras dessa e outras lutas, em que sempre estiveram empenhadas com denodo as massas populares, que incontestavelmente encurralam o fascismo e o forçam a recuar. São elas, em sua mobilização, a força capital e a mola propulsora das pequenas e grandes derrotas que lhe são infligidas. Entretanto, — há que convir — particularmente neste setor da luta pela libertação dos presos, o que conseguimos foi, muitas vezes tarde demais... O que queremos dizer, é que entre uma **grande** vitória e uma simples conquista, alcançada a duras penas, vai uma distância respeitável que devemos considerar se não quisermos enganar-nos, e se pretendemos continuar politicamente realistas face à verdadeira significação dos factos. Concordamos que um optimismo incentivador tem razão de existir quando um remate satisfatório da nossa luta faz estremecer objectivamente alguns filamentos da infra-estrutura do neosalazarismo. Uma coisa é isto; outra, porém, é omitir, no embalar dos entusiasmos, as ocasiões em que frequentemente este é levado — consideradas mesmo em linha de conta as fortes razões que o obrigam a isso — por táticas que não hesita em aplicar — a revezar a montagem e a encenação das suas comédias, a pôr em prática, no tergiversar do seu comportamento, todo jaez de chantagens, o sórdido mimetismo, a simulação de pequenos recuos, sobretudo no que julga ser, na sua realidade presente, uma posição renovada que lhe permita atingir os fins, mistificar a opinião pública, procurar com tais manobras ganhar prestígio no Exterior.

Outra falha do nosso trabalho que é preciso corrigir consiste na tendência ao conformismo em aceitar somente a pequena parcela de reivindicação que o fascismo larga, para esconder a maior e mais importante, a sua totalidade, esquecendo que do fascismo se deve exigir tudo. Permanecemos deste modo por períodos mais ou menos longos entregues a métodos que não estão mais de acôrdo com a consciência que temos da nossa força e sem a noção exacta para qual dos lados pende já hoje o fiel da balança.

A NOSSA ESPADA DE DOIS GUMES

Imagem disto, por exemplo, de largo em largo tempo, é a tardia libertação de presos que durante anos sem fim (dez, vinte, e mais) foram objecto do escárnio e das atrocidades da PIDE em suas constantes tentativas de assassinio premeditado. Vítimas desta surda conspiração há toda uma infidável galeria de nomes dos que a todo momento se sentem terrivelmente ameaçados de morte nas prisões. Casos como o de Manuel Rodrigues da Silva, para citar apenas um entre dezenas, são motivo de meditação e oferecem-nos a sombra perspéctica da penosa situação em que se encontram os presos políticos, situação dramática que está reclamando da nossa parte uma reformulação de atitudes mais actuautes em sua defesa.

Este sofrido combatente da Democracia, passou nada menos do que vinte e três anos nas masmorras da PIDE em consequência do que viria a falecer escassos meses depois. Prêso quase metade da existência, transformou-se, nessa "vilegiatura" pelos cárceres fas-

cistas, num hemiplégico irrecuperável, fisicamente estropeado e arruinado para o pouco tempo de vida que lhe sobrou. Se avallarmos atentamente o doloroso drama que envolve a história prisional deste e outros presos que ficaram tanto tempo na prisão, é evidente que só com miopo entusiasmo poderemos qualificar de vitória **retumbante** a consecução da sua liberdade em semelhantes condições. Nessa, como em outras ocasiões, pressionado vigorosamente pelos protestos sucessivos, o fascismo português cedeu à indignação pública, mas ao cabo de muitos anos, consciente de que o prêso em questão, devido ao seu precário estado de saúde, tinha já um interesse relativo para si. Perante esta realidade, uma dúvida nos persegue: será que fizemos tudo o que deveríamos ter feito, levando às últimas consequências a análise deste velho dilema que parece até hoje ter-se escapado na derradeira das alternativas? Porquê o fascismo em certos casos só transige passados muitos anos, e não antes, diante dos nossos protestos que sempre se revestiram da mesma veemência e intensidade e da orientação que o problema requer? Ou será que teremos de rever aspectos desta orientação que terão de estar em sincronismo com os novos tempos que correm? Queremos crer que a criação da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos foi já um passo em frente neste amargo caminho; mas muitas decisões ofensivas terão ainda de ser tomadas, se não quisermos continuar a ver transformadas em aliantes miragens certas **grandes** vitórias que nos levam a aceitar ingenuamente um jôgo sujo e que em parte podem corresponder a simétricas previsões e planos do governo. Os resultados alcançados com nossa diligências pela libertação deste ou daquele prêso, remontam quase sempre a uma vaga expressão de nossos desejos. As exigências e os protestos de libertação em si pouco significam se os não acompanharmos, da rigorosa atribuição de responsabilidades, não apenas políticas, mas subjetivas também pela completa integridade dos presos; se, a complementar este objectivo, num vigoroso impulso nacional, não intensificarmos a solidariedade e proteção a todos os que se encontram à mercê do arbitrio dos beaguins de Caetano. Deixar os presos por intermináveis meses e anos entregues aos caprichos da sanha assassina dessa escumalha sem lei, que nos seus antros tortura e mata a bel-prazer, significa concertar a um malor compasso de espera a sua liquidação física e tolerar as artimanhas usadas até hoje na consumação desses crimes. Salazar ontem, e Caetano agora, tiveram sempre um interesse mistificador nesse gesto teatral de conceder a liberdade a um ou outro prêso que já cumprira pesada pena e que, em geral, minado por doença grave, era considerado derrotado e aliado da luta antifascista. Foram muitos os que assim foram morrer em casa e que só por uma questão de lance calculista não sucumbiram nas espeluncas prisionais apesar do forte clamor popular.

PERIÓDICAMENTE A TRAGICOMÉDIA SE REPETE

De qualquer modo digamos que nesse aspecto o regime se sente um tanto à-vontade, e não cederá nunca no que lhe é fundamental se não for o peso ameaçador e brutal de toda uma organização voluntarista, hábilmente preparada para fazer algo mais e agitar e pene-

trar profundamente os sentimentos humanitários de todas as camadas do povo, disposta por todos os meios a arrancar os presos políticos das mãos dos seus algozes. E não será apenas certo tipo de reclamações meramente formais que determinará nossa vitória nesse campo. Além da convocação de grandes manifestações locais e nacionais que sensibilizem o ânimo das populações, desde os segmentos politicamente esclarecidos aos indiferentes, — figurando em primeiro plano, os amigos, os companheiros de trabalho, todos enfim, que nutrem pelos presos políticos um fio que seja de honrada amizade ou simples admiração, — é preciso descobrir um caminho novo que permita punir os responsáveis pelas sevícias nos presos que às centenas, em Peniche, em Caxias, no Aljube, e nos campos de concentração em África, correm perigo iminente, e cuja maior parte já cumpriu suas penas. Não há dúvida que obrigamos — como no caso de M. Rodrigues da Silva e tantos outros — com os protestos e a mobilização passiva da opinião pública, a libertação de muitos companheiros das garras da PIDE-DGS. Não existem nem dúvidas nem substituição quanto ao valor, esforço e eficiência desse trabalho. O que está em causa não é, entretanto, o que se fez — e muito foi — e como o pudemos fazer, na época em que o fizemos; mas a nova dimensão do que teremos de fazer com mais energia e imaginação política, para evitar que outros crimes se cometam às mãos criminosas de delinquentes sem nome.

É de importância vital levar esta luta a uma fase que transcenda, sem separar-se dele, o carácter político que contém, transformando-a numa jornada acentuadamente humana de solidariedade activa e ininterrupta, custe o que custar; e voltar insistentemente nossas preocupações para as centenas de companheiros que, sofrendo maus tratos e humilhações, — os mesmos a que estiveram expostos os que saíram em liberdade, em estado de saúde desesperado, — continuam sujeitos, a todo o transe, á fria premeditação de assassinato averbado a qualquer prazo nos planos sinistros da PIDE. É um erro dar aso a Caetano e á sua gang justificarem os seus crimes com um ar da sua "complacência" ao mandarem embora um prêso que sabem de antemão vai morrer prematuramente em casa ou no hospital. Os crimes perpetrados e encenados sãdicamente nas prisões são já do número de muitas dezenas. Militão Ribeiro, Germano Vidigal, José Moreira, Joaquim Lemos de Oliveira, Ferreira Marquês, José Patuleia, e muitos mais, são nomes que não esquecem. Foram cruelmente assassinados pela calada da noite. A enumeração necrológica além de isócrona seria interminável. Não obstante, Caetano prossegue na escalada macabra de seu antecessor. No *bas fond* de São Bento o terror é ainda fator de sobrevivência da velha ditadura. E na sua política "liberalizante", dispõe-se a "ceder", quando muito, no que para ela já não conta como pedra fundamental no tabuleiro do seu jogo.

Marquemos um ponto — isso sim! — na valorização do nosso trabalho sempre que um patriota regressa das enxovias da PIDE-DGS ao convívio da família e dos seus concidadãos. Mas, importante decisão na senda da vitória, será mesmo quando, sem que nos

deixemos embalar pelos cânticos seráficos da notória demagogia de Caetano, soubermos dar maior ímpeto e insuflar irremediável determinação à mobilização, dentro e fora do país, de quantos, num brado de alerta, numa atitude universal de solidariedade, numa verdadeira guerra sem quartel, estejam dispostos a subtrair, enquanto é tempo, aos tentáculos hediondos da escória fascista, os presos que, como Manuel Rodrigues da Silva, Pires Jorge, Sofia Ferreira, Aida Paula, Otavio Pato, Guilherme da Costa Carvalho, Agostinho Saboga, Albina Pato, José Gregório, — para citar alguns apenas, — poderão vir a estar (e muitos estão já!) doentes para o resto da vida. A tarefa dos lacaios de Caetano nas prisões é a de abreviar o mais possível, através de sofrimento prolongado e corrosivo, a existência dos que abnegadamente servem à Patria e ao povo, e representam, deste modo, uma ameaça para o regime.

ATÉ QUANDO?

Chegou o momento de transformar a luta pela amnistia numa tarefa de emergência e rasgar resolutamente o caminho da liberdade para os patriotas encaracerrados, enviando protestos às autoridades, mas com mais do que isso: descendo às ruas, promovendo manifestações frente às cadeias, descobrindo novos horizontes de iniciativas individuais e coletivas, nas mais diversas formas de contestação e repúdio às mistificadoras decisões de Caetano de somente colocar em liberdade um preso, quando lhe resta a certeza de que este irá em breve para o cemitério ou para uma cadeira de rodas. Precisamos acabar com o fatalismo criado pelos senhores do regime de que são eles os donos do país; e de que quem discorda das arbitrariedades e se manifesta contra a opressão e as guerras coloniais, ou reivindica melhores condições de vida para o povo, tenha de ficar de seis meses a vários anos na prisão.

Aos corifeus da "santa irmandade", mormemente aos juizes e restaptes carcereiros do sistema é preciso falar-lhes uma nova linguagem que os faça entender que os tempos mudaram muito, e que a história exigirá de todos eles, na hora certa e no lugar onde possam encontrar-se, o acôrto das contas inerentes aos crimes que praticam.

Que não se iludam os carrascos dos presos com a idela de que o caquético pardieiro do regime não ruiá nunca! Em outros países, como na Itália de Mussolini, muitos se iludiram assim e tiveram surpresas desastrosas... Seja como for, hoje em dia a incerteza já deve atormentá-los; para onde fugirão depois, na derrocada, esses assalariados do crime? É hora de fixar-lhes bem os nomes e procurar saber os lugares onde vivem...

Não queiramos mais favores de Caetano! Isolemo-lo cada vez mais, e ao seu governo, também no âmbito da luta pela liberdade dos presos, na sua ilha de fracassos e corrupção. Conjuguem todos os esforços disponíveis e exijamos com firmeza e em termos revolucionários, com o aço da nossa indomável vontade, organizada, incisivamente, e de modo incondicional, liberdade imediata para todos os presos políticos!

Guiné - Bissau na véspera da Independência

"PRIMAVERA" SOMBRIA

Artigo que abaixo reproduzi foi publicado pelo semanário "O Sembrado", do Rio de Janeiro, e, simultaneamente, por jornais e revistas da Argentina, Chile e Uruguai.

Provavelmente, a Guiné-Bissau alcançará a sua independência no fim do ano.

Figures, numa aldeia perdida na floresta, 40 representantes eleitos no início de 1972 pelas Assembleias Populares, nas áreas libertadas reuniram-se para tomar uma decisão histórica: comunicar ao mundo o nascimento de um novo Estado africano numa região que o governo fascista de Portugal queria ser uma "Província Ultramarina", integrada na nação portuguesa.

Após nove anos de luta, o povo da Guiné-Bissau libertou e conquistou plenamente três quartos do território africano atribuído a Portugal em 1885, quando delegações das potências imperialistas europeias se reuniram em Berlim para partilhar a África, como se fosse um gigantesco parque zoológico. A soberania portuguesa sobre um pequeno país (36.000 km² e com 800 habitantes) não passa hoje de uma ficção.

O corpo expedicionário enviado por Salazar e reforçado por Marcelo Caetano (38.000 homens) ocupa as cidades e numerosos campos entrancheirados mas acha-se actualmente cercado em seus quartéis e fortalezas. A última grande ofensiva do general Antonio Spínola, governador-geral e comandante-supremo das tropas de ocupação, malograda completamente. A estratégia portuguesa é agora menos ambiciosa. As teses de "pacificação" foram arquivadas e substituídas por operações de transporte com meros objetivos táticos e por bombardeios da Força Aérea, que visam a terrorizar a população civil das áreas libertadas. O uso do napalm é frequente, assim como o emprego de produtos tóxicos, como o gás mostarda e o ácido cacodílico, denunciado e condenado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Como afirma Amílcar Cabral, secretário-geral do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o povo guineense já se autodeterminou. "Essa situação — afirma — é comparável à de um Estado independente no qual certas partes do território nacional estão ocupadas por forças estrangeiras".

A Guiné Bissau tornou-se um semi-Vietnam. O PAIGC acha-se em condições de atacar onde e quando quiser. Apenas não dispõe de aviação.

As tentativas de intensificar os seus ataques contra as cidades demonstraram já ao alto comando português que não se pode atingir diretamente os "centros nervosos" do poder colonialista. A própria capital Bissau, apesar de estar situada numa ilha, foi bombardeada várias vezes pela artilharia pesada e com foguetes de 122mm. Durante um raid de bombardeios realizado em pleno dia, vários aviões e três hangares da principal base aérea, nos subúrbios de Bissau, foram destruídos.

Marcelo Caetano, desde o humilhante fracasso da invasão da República da Guiné, em novembro de 1970 — cujas metas princi-

pais eram a instalação em Conakry de um governo títere e a liquidação física do Presidente Sekou Toure e de Amílcar Cabral — sabe que a guerra está militarmente perdida. Agora, numa canhestra manobra diplomática, acaba de reagir à Resolução da Assembleia Geral que recomendou a retirada dos exércitos portugueses de Angola, Moçambique e da Guiné-Bissau com a afirmativa grotesca de que o seu governo controla "cada centímetro quadrado" das nações cuja independência é pedida pela ONU e exigida pela consciência universal. Com essa iniciativa pouco inteligente, pretendeu antecipar-se à declaração de independência do povo guineense. O sucessor Salazar tem a noção exata da tempestade que se avizinha.

A independência da Guiné será o corolário lógico de realidades sociais, militares, e políticas. Amílcar Cabral foi muito claro em fevereiro passado quando se dirigiu ao Conselho de Segurança reunido em Adis Abeba, em sessão extraordinária: "Dispomos já de todos os órgãos de um Estado em desenvolvimento. Sob as bombas criminosas dos colonialistas portugueses, estamos construindo uma vida nova de justiça, de trabalho e de democracia em nossas regiões libertadas. Estamos, agora mesmo, preparando-nos para eleger os conselhos regionais e a primeira Assembleia Nacional Popular do nosso povo. Extralremos todas as consequências desse ato de soberania".

O reconhecimento pela ONU, semanas atrás dos movimentos de libertação nacional de Angola da Guiné-Bissau e Cabo Verde como legítimos representantes dos povos desses países trouxe novo impulso ao plano do PAIGC abrindo-lhe perspectivas mais favoráveis de êxito. A independência da Guiné não ocorrerá como fato isolado. Ela será a curto prazo acompanhada de uma reivindicação de inegável significado histórico: o pedido de admissão na ONU.

As chancelarias africanas estão bem informadas e é muito provável que o presidente Senghor do Senegal tenha discutido amplamente o assunto com o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Gibson Barbosa.

Proclamada a independência, a Guiné-Bissau será imediatamente reconhecida, como Estado soberano, pela República da Guiné e pela Argélia. Poucos dias depois, Zâmbia e Tanzânia farão o mesmo. Numa segunda fase, com intervalo de poucas semanas, a quase totalidade dos países africanos formalizará o reconhecimento, atitude que, sucessivamente, será acompanhada pela China, por Cuba e pelos países europeus do bloco socialista. Numa terceira fase, a República da Guiné-Bissau estabelecerá relações diplomáticas normais com nações árabes do Oriente Médio com a Índia e possivelmente com a Suécia, a Dinamarca e a Noruega (que há anos prestam ajuda moral e financeira ao PAIGC).

Segundo informações de fontes idóneas, antes do fim de 1973, a Guiné-Bissau terá sido reconhecida por mais de 70 países. E apresentará, o seu pedido, de admissão na ONU.

Obviamente, Caetano carece de condições para elaborar uma nova

Miguel Urbano Rodrigues

doutrina Hallstein. Não pode colocar nação alguma no índice: quem ocupa o banco dos réus é o colonialismo-fascista português. Os seus aliados tradicionais não lhe poderão valer em tal emergência. A África do Sul não tem melhor imagem na comunidade das nações e a Rodésia é um Estado marginal forjado por um governo ilegal. De outro lado, o apoio das grandes potências ocidentais é duvidoso.

Bruno Crimi — correspondente em Roma da revista Jeune Afrique e amigo pessoal de Amílcar Cabral — levanta mais uma ponta do véu ao escrever que "em certos meios diplomáticos ocidentais parece certo que os três países que poderiam exercer o direito de veto contra ela (Guiné-Bissau) — os EUA, a Inglaterra e a França — não o farão. Não por motivos ideológicos, mas em função de seus próprios interesses".

Os últimos debates travados na Assembleia Geral sobre a questão do colonialismo português demonstram o repúdio universal que ele merece. Nessas circunstâncias não parece ousada a previsão dos que esperam ver a futura República da Guiné ingressar na ONU no próximo ano.

Se isso acontecer, a reação, qualquer que ela seja, de Caetano, carecerá de significado.

O seu governo nunca representou os sentimentos da nação portuguesa. A guerra colonial, que já custou 4 bilhões de dólares, e absorve metade do orçamento, está arruinando e despovoando Portugal (três milhões de emigrantes espalhados pelo mundo). A nação portuguesa deseja a paz.

Amílcar Cabral tem razão quando diz: "O povo de Portugal é nosso aliado; o povo de Portugal está hoje consciente do fato de que a guerra colonial é um crime, não só contra o nosso povo, mas contra ele mesmo e fazemos tudo, através desta luta, para reforçar a nossa solidariedade com esse povo".

A independência da Guiné-Bissau, terá implicações jurídicas complexas. Será a primeira vez que uma declaração de independência não coincidirá com o estabelecimento físico de um Estado sobre um território de limites determinados. Um Estado que não terá capital fixa, cidades, toda uma infraestrutura tradicional.

A administração portuguesa permanecerá por tempo difícil de prever em Bissau, Bolama, Bafatá e em muitos outros centros urbanos.

Mas nem por isso a Guiné-Bissau deixará de ser um Estado soberano. Não é o Direito quem faz os Estados; são os Estados em última análise, quem faz o Direito.

A África Negra, como salienta Basil Davidson, é um continente que quase perdeu a memória. Mas não é um continente sem história. Não é um parque zoológico, um simples conjunto de plantações para recreio de minorias brancas uma mera fonte de dinheiro para monopólios. A África EXISTE. E a pequena Guiné-Bissau, com a sua luta heroica, lembra à humanidade essa verdade tão esquecida.

O problema colonial português voltou a colocar o nosso país no

primeiro plano da atualidade nas últimas semanas. Desta forma, os testemunhos de condenação do regime de Marcelo Caetano surgem agora de todos os lados. Um dos últimos, e bem interessante, não só pela argúcia com que vê a podridão do regime, como também pelo fato de ser publicado num semanário que por vezes no passado elogiou a ditadura portuguesa, é o do jornalista Edouard Bailby, enviado especial a Portugal por "L'Express", de Paris. Detido durante onze horas no aeroporto de Lisboa sofrendo assim, mesmo antes de iniciar a sua reportagem um ato de violência que é uma amostra típica da "democracia liberalizante caetanista", Bailby, autorizado finalmente a entrar no país, escreveu uma excelente reportagem, de que a seguir transcrevemos alguns trechos:

"Aprender para escolher é o slogan impresso nos saquinhos de açúcar distribuídos nos cafés de Lisboa. E os portugueses escolheram: mais de 150.000 emigram todos os anos, procurando emprego. Em dez anos, a terça parte da população ativa do país tomou o caminho do exílio. E a hemorragia continua. Apertado há 46 anos no espartilho da Ditadura, esgotado pelas guerras coloniais, Portugal abandona-se ao desânimo". "A desorientação é geral". "Marcelo Caetano voltou a encontrar os caminhos autoritários de Salazar. Aqueles que acreditaram na liberalização do regime, declarou num discurso retumbante, pronunciado no mês passado no Estoril, que nunca prometera nada disso. Quando muito, prometera uma "leve decompressão"... que se traduziu por uma mudança na embalagem, mas não no conteúdo. A PIDE, que fez tremar Portugal a partir de 1926, tornou-se DGS. Mas os seus poderes continuam exorbitantes e os chefes são os mesmos. A União Nacional, isto é, o Partido único chama-se hoje Ação Nacional Popular. Mas foi apenas o nome que mudou. Que dizer finalmente das reformas enunciadas por Caetano no início do seu mandato? A mais importante, a lei de Imprensa, que teria podido abrir Portugal aos novos ventos, é uma caricatura da liberdade de expressão. O artigo 109 da Constituição autoriza o Presidente do Conselho a restabelecer a censura prévia desde que haja um "estado de subversão". E como o "estado de subversão" foi decretado em novembro de 1971 em certas regiões de Portugal, que nunca foram definidas, nada mudou, na verdade. "Será mesmo pior do que antes, confiou-me o diretor de um diário, pois nunca saberemos com que contar". Nas salas de redação dos jornais de Lisboa o clima é amargo".

E Bailby prossegue: "Um deputado, Francisco de Sá Carneiro, confiou-me: Confesso que me enganei". Com 37 anos, membro da alta burguesia do Porto, eleito na lista do Partido único em 1969, Sá Carneiro é hoje o alvo preferido do Presidente do Conselho. Tendo acreditado nas promessas de liberalização e encorajado por mela-duzia de deputados que pensavam como ele, Sá Carneiro tentou apresentar alguns projetos de lei à Assembleia. A sua última iniciativa, em janeiro, foi a seguinte: um pedido de inquérito sobre as detenções arbitrárias e as torturas. Mas aí saiu-se mal: Marcelo Caetano acusou-o de "ter enganado a sua boa fé". Enojado, Sá Carneiro decidiu comparecer o menos possível à Assembleia e retomou o seu escritório de advocacia.

"Um dos melhores economistas da sua geração, João Salgueiro, pediu a demissão do lugar de Secretário de Estado do Plano. Caetano chamara este anti-salazarista para dar um novo alento ao regime e a sua nomeação despertou algumas esperanças entre os liberais". "Há mais de um ano — disse-me Salgueiro — que eu pretendia demitir-me. Mas o Presidente do Conselho aconselhava-me a esperar as reformas".

E estas nunca chegaram. Um dos seus melhores amigos, o Secretário da Indústria Rogério Martins, poderá seguir o seu exemplo: "A nossa economia avança mal, explicou-me. Chocamo-nos com estruturas arcaicas e Marcelo Caetano continua a hesitar".

Depois de se referir à "arrogância" da Polícia Política que voltou a ser "um Estado dentro do Estado", o jornalista passa a tratar do problema colonial. "Mais de 47 % do orçamento nacional são dedicados à Defesa e 180.000 homens estão em armas, cumprindo um serviço militar de 4 anos. Tudo isto é mais do que o necessário para bloquear o futuro do país. O diálogo entre a metrópole e os brancos das colônias tornou-se amargo". "Na África Portuguesa os brancos são, quando muito, meio milhão, ou seja menos do que os portugueses que vivem na emigração em França. Por outro lado, os negros são 14 milhões. Em todos os lugares as guerrilhas redobram de intensidade e entretanto o Exército português bate-se sem saber onde Marcelo Caetano pretende chegar".

E a reportagem de L'Express termina: "Para os revolucionários de todos os setores, que não acreditam na liberalização do regime, chegou a hora da ação, na Metrópole".

**PORTUGAL
DEMOCRATICO**

DIRETOR RESPONSÁVEL
Edison Rodrigues Chaves

REPRESENTANTES

RECIFE: Angelo Ferreira da Silva
R. do Hospício, 148, 1.º, Apto. 108

LONDRINA: Julio Duarte —
Edifício Centro Comercial —
Apto. 141

INGLATERRA: Portuguese And
Colonial Bulletin - 10 Pentiman
Road, London, S.W. 8

BELGICA: Mercedes Guerreiro —
Av. Schaerbeek, 668 —
1.800 — Vilvorde — Bruxelas —
Belgique

HOLANDA: TULIPA VERME-
LHA - Post-bus 12039 —
AMSTERDAM — BIJMERMEER

CANADÁ: Portuguese Canadian
Democratic Association P. O.
Box 72, WESTON-ONTARIO

VENEZUELA: Junta Patriótica
Portuguesa — Apartado 8287 —
Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica
Portuguesa del Uruguay, Casilla
de Correo n.º 2.128 — Distrito 5
Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ri-
beiro - Postovní Úrad/Jindrišská
UL, C. 14 Šbránka 646 — Pra-
ha 1 — Tchechoslovaquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de
"Portugal Democrático - 2, Place
François Villon - Escalier E
— La Courvenneuve — Seine -
França

REDAÇÃO:

Rua Libero Badaró n.º 488 —
5.º and. sala 50 — Tel.: 37-0933
Caixa Postal, 6248

Composto na
Editora Pollicor Ltda.
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.
FONE: 278-4738

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Assinatura para o exterior
US\$ 8,00

Ano XVII — N.º 174
Dezembro de 1972

Os artigos assinados traduzem
apenas a opinião de seus auto-
res, sendo por conseguinte de
sua exclusiva responsabilidade.

O PLANO SENGHOR Pequenas Notícias

O governo francês votou, pela primeira vez, uma resolução condenando o governo de Lisboa.

A França votou, pela primeira vez, uma resolução condenando o governo de Lisboa, porque as responsabilidades de Portugal "foram estabelecidas de maneira irrefutável".

Pelo menos foi isso que afirmou o seu representante nas Nações Unidas, Louis de Guiringaud. O Conselho de Segurança, cujo presidente em exercício é precisamente o diplomata francês, condenou Portugal em 23 de outubro último por doze votos contra zero e três abstenções "Bélgica, Estados Unidos e Grã-Bretanha".

Será mais uma condenação sem efeitos práticos? Talvez, tanto mais que o governo português não parece comovido nem preocupado com os sofrimentos das populações africanas que de modo algum serão aliviados por uma condenação de princípio da ONU.

E, no entanto, o governo senegalês continua dando provas de compreensão apesar dos numerosos ataques de que são vítimas as populações de Casamance. Tomando o cuidado, apesar de tudo, de separar o problema dos seus aspectos emocionais, o ministro senegalês dos negócios exteriores Coumba N'Doffene Diouf declarou a 20 de outubro em Nova Iorque:

"A única saída é a criação imediata de condições de paz na Guiné-Bissau pela abertura de negociações com base num plano em três etapas preconizado pelo meu país".

De volta de Strasbourg onde apresentara uma comunicação à Assembléa Consultiva do Conselho da Europa sobre a "Euráfrica ou o papel do Mediterrâneo", o presidente Senghor revelou a *Jeune Afrique* as grandes linhas do plano.

A primeira etapa, consistiria em decretar o cessar-fogo ao qual se seguiriam negociações sem qualquer condição prévia.

A segunda seria um período de autonomia interna da Guiné-Bissau cujas modalidades, limites e prazo seriam discutidos livremente numa conferência constitucional que reuniria, de um lado, os representantes do governo português e do outro os representantes de todos os movimentos políticos da Guiné-Bissau.

Por último, numa terceira etapa, seria concedida a independência no quadro de uma comunidade luso-africana que nada exclua a priori.

O presidente Senghor admite até que esta comunidade se estenda ao Brasil. "Discutirei isso aliás com o ministro dos negócios estrangeiros brasileiro que virá a Dakar na segunda quinzena de novembro", concluiu.

Manifestamente, o presidente senegalês dá provas de um oti-

mismo que só tem paralelo nos sentimentos que ele nutre em relação a um povo ao qual, afirmava ele em março de 1969 quando viajava por Casamance, "a guerra foi imposta a partir de cima pelo governo". Porque o líder senegalês faz questão de dar aos fatos o seu devido valor. Nós estamos tanto mais dispostos a organizar com o povo português uma cooperação amistosa quanto é certo que dezenas de milhar de

senegaleses têm nomes e sangue português, sobretudo em Casamance onde se fala ainda o "crioulo português", declarou ele. Nada prova, infelizmente, que o governo de Lisboa esteja disposto a seguir o "caminho da razão" traçado pelo presidente Senghor que — é o mínimo que se pode dizer — se tem mostrado até aqui decididamente conciliador. (In *Jeune Afrique*, n.º 617, novembro 1972).

As desculpas de Caetano

Os portugueses não sabem até onde podem ir. A última agressão das forças expedicionárias portuguesas na Guiné contra uma aldeia senegalesa situada perto da fronteira, foi mais uma demonstração desse fato. Na noite de 12 de outubro, cinco blindados portugueses atravessam a fronteira senegalesa e atacam, três quilômetros além, o posto militar de Niano, no departamento de Velingara. Os militares senegaleses conseguem repelir os agressores, mas um deles, o tenente Badara Diallo, de 35 anos, é morto; um pacífico aldeão, quando lutava corajosamente, foi atingido no ombro e caiu. A tripulação dum blindado português tentou aprisioná-lo mas os seus homens socorreram-no.

Para o governo de Dakar trata-se do mais grave incidente perpetrado pelas forças colonialistas portuguesas em território senegalês. O presidente Senghor, ao chegar a Paris a 14 de outubro, qualificou a agressão de "ato de guerra caracterizado". Dakar aliás pediu imediatamente a convocação do conselho de Segurança e a sua queixa foi examinada a 19 de outubro. Mais uma vez Portugal foi condenado.

Niano é a quarta aldeia de Casamance vítima de ataque português. Primeiro foi Samine, a 26 de maio último; Santhiaba-Mangak era por sua vez atacada na sequência de um litígio sobre a delimitação dos arrozais vizinhos da fronteira. O balanço foi pesado: seis soldados mortos do lado senegalês, entre os quais um estudante que havia sido alistado no exército por medida disciplinar.

A surpresa desta vez provém do fato de que dois dias depois do ataque a Niano o general Spínola, comandante das forças expedicionárias portuguesas na Guiné Bissau, "deplorou profundamente o incidente" e anunciou que o comandante do destacamento agressor, que sofre de "distúrbio mental", será julgado em tribunal militar. Lisboa apresentou as suas desculpas e ofereceu "reparações como é normal nestes casos".

Para muitos observadores, a nova atitude de Lisboa é perturbadora. Dakar não aceitou essas "desculpas de mau pagador", o que não impede que se dê um certo crédito a rumores segundo os quais

estariam em curso negociações para uma solução política do problema da Guiné-Bissau. Como quer que seja, a partir de agora para os senegaleses a taça está cheia. (In *Jeune Afrique* n.º 616, outubro 1972).

O 5 de Outubro na Venezuela

A Junta Patriótica Portuguesa de Caracas comemorou com várias iniciativas o 62.º aniversário da implantação da República em Portugal.

Dirigentes e militantes da Junta depositaram uma coroa de flores junto ao Monumento ao Libertador Simon Bolívar, difundiram na Rádio um programa alusivo ao 5 de Outubro e promoveram um Ato Público, durante o qual usaram da palavra o senador Eduardo Gallegos Mancera, um representante do grupo "Libertad para Espanã" e os nossos compatriotas e companheiros João Lopes e Antonio Gomes da Silva. O ato, realizado no Comité de Solidariedade Internacional, contou com o patrocínio da Central Unitária de Trabalhadores Venezuelanos, e de organizações estudantis, em nome das quais falou Hernan Carrera.

No final, foi enviado telegrama a Marcelo Caetano exigindo o fim da repressão política contra os democratas portugueses e a libertação imediata de todos os presos políticos e manifestando repulsa contra a guerra colonial.

A Junta divulgou um Comunicado alusivo à data, que foi publicado na íntegra pelo jornal "Tribuna Popular".

Natal do Preso Político

Tranporte	500,00
Maria Lúcia	10,00
Maria Antónia Duarte ..	20,00
António José	10,00
H. Costa	20,00
Alexandre Pereira	10,00
Maria Irojinda	20,00
Silvio Band	50,00
César Telles	50,00
João Jannini	50,00
Júlio Baptista	50,00
a transportar	790,00

"Clarín", o diário de maior tiragem da Argentina e da América Latina (700.000 exemplares) dedicou o seu artigo de fundo de 16 de Novembro ao colonialismo português. Depois de comentar a resolução da Assembléa Geral da ONU relativa à independência de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, "Clarín", escreve: "As colónias portuguesas significam um anacronismo e um desafio a um processo de libertação que foi um dos fenómenos mais plausíveis do pós guerra".

A Dinamarca é um dos países europeus que, atendendo ao espírito das Resoluções da Assembléa Geral da ONU sobre a guerra colonial, continua abrindo as suas portas aos refractários e desertores do Exército português. Existe em Copenhague uma organização que se ocupa do desertor, o coloca num curso intensivo para aprendizagem do idioma e lhe proporciona, depois, possibilidades de trabalho ou de ingresso numa escola ou universidade.

A Junta Patriótica Portuguesa de Caracas editou em espanhol o documento "A situação política portuguesa — O fracasso do reformismo", e difundiu-o largamente na Venezuela.

Democratas Italianos de Florença enviaram a Marcelo Caetano uma carta com 1691 assinaturas protestando contra a repressão em Portugal, a tortura e a aplicação das famigeradas "medidas de segurança". Denunciando a situação vigente contraria aos mais elementares direitos do homem, os signatários pedem a libertação imediata de Ursula Machado, José Magro, Rogerio de Carvalho, Manuel Pedro e Antonio Dias Lourenço.

Em La Source, França, começou a ser editado um boletim bimensal intitulado "Novaport", sob a responsabilidade de uma pseudo Agência Noticiosa de Portugal. Na realidade trata-se de uma publicação que, sob uma máscara antifascista e anti-colonialista, se mostra muito mais empenhada em caluniar as forças políticas e populares mais combativas do povo português do que em combater o fascismo e o colonialismo.

Na empresa "Água do Luso" reina grande descontentamento devido ao despedimento de 30 trabalhadores, alguns com mais de 25 anos de casa. Apenas receberam duas semanas de indenização. Os despedimentos foram motivados pela fusão com a Sociedade Central de Cervejas. A "Justiça" trabalhista de Caetano permaneceu silenciosa...

Durante o encontro que mantiveram em outubro, em Lisboa, Marcelo Caetano e Ian Smith assinaram, segundo rumores difundidos pelas agências noticiosas americanas, um acordo para a

repressão comum aos movimentos guerrilheiros na Rodésia, Angola e Moçambique.

O padre Luís Alfonso da Costa, que permaneceu dois anos em Moçambique como missionário, vai apresentar à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas um relatório documentado sobre numerosos massacres praticados pelas tropas colonialistas sobre populações indefesas na região em que serviu.

"Portugal deverá enfrentar proximadamente difíceis problemas económicos", declara-se no relatório anual da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), recentemente publicado.

Os dois principais fatores em que se baseia a previsão feita no relatório da OCDE são a queda do ritmo de expansão económica em 1971 e as altas frequências no custo de vida, considerado hoje como um dos mais elevados do mundo ocidental.

Portugal esteve representado por M. Luíza Costa Dias na conferência comemorativa do 10.º aniversário da fundação da Organização Pan-Africana de Mulheres realizada em Da-es-Salaam.

Ao anunciar em Roma a intenção de enviar um relatório à ONU sobre os crimes que testemunhou, o padre Alfonso da Costa acusou diversos membros da hierarquia da Igreja Católica em Moçambique de silenciarem sobre as atrocidades cometidas pelo exército e pela polícia, com seu conhecimento, em toda a colónia.

A imprensa sul-africana mostra-se muito apreensiva em face da rápida expansão das atividades da FRELIMO no distrito de Tete. "O estado da guerra em Tete é sério e a longo prazo ameaça com graves perigos militares e políticos toda a África do Sul", escreveu em editorial o diretor do Star de Johannesburg.

A revista *Jeune Afrique* publicou em seu número de agosto a reconstituição do assassinio do General Humberto Delgado, indicando o nome e o papel de cada um dos protagonistas na preparação e execução do crime, que, entretanto, continuam vivendo em total liberdade à sombra protetora do regime presidido por Marcelo Caetano.

Onze aviões e sete helicópteros foram destruídos no solo, na base aérea de Mueda, em Moçambique, pela artilharia da FRELIMO no dia 18 de setembro.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

A coleção encadernada de "Portugal Democrático", sorteada pela loteria portuguesa da Páscoa, poderá ser retirada na nossa redação pela pessoa que adquiriu o bilhete n.º 163.



agência TRIÂNGULO de seguros s.a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES, 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

SÃO PAULO

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

TULIPA
VERMELHA

Onde quer que viva, se o seu problema é:

- assinar jornais e revistas unitárias em língua portuguesa,
- obter livros portugueses e brasileiros de estudo, cultura geral ou recreio, escreva-nos:

Tulipa Vermelha — Postbus 12039, Amsterdam — Holland

PORTE PAGO - ECT - DR - SP
PORTUGAL DEMOCRÁTICO
Rua Liberto Badart, 488 — 5.º Sala 50
SAO PAULO — BRASIL
Endereços de Assinantes